

PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE PRODUÇÃO RURAL NA RODOVIA ILHÉUS-ITABUNA, BAHIA

Jacques Manz e Daniela Silva Santos¹
Guineverre Alvarez²
Pedro Artur Santos Dias Araújo³
Elias Cristina Fiamengue⁴
Salvador Dal Pozzo Trevizan⁵

Resumo: *Este artigo apresenta e discute parte dos dados referentes à pesquisa desenvolvida no âmbito da iniciação científica “Gestão ambiental em empresas ligadas ao agronegócio do cacau no eixo Ilhéus – Itabuna, Ba”, que está ligada ao projeto maior “Gestão Ambiental: Relação entre Empresa, Estado, ONGs e Comunidades no Sul da Bahia” (00220.1000.486/UESC), vinculado ao grupo de pesquisa Comunidades Sustentáveis, cadastrado no CNPq. A pesquisa em questão teve como objetivo identificar e caracterizar as práticas de gestão ambiental nas unidades rurais que margeiam a rodovia Ilhéus-Itabuna. Para tanto, foi realizado o cadastramento das unidades rurais e posteriormente foi aplicado um questionário junto aos proprietários cadastrados para identificação e caracterização das práticas de gestão adotadas nas unidades rurais. Verificou-se a ausência de políticas ambientais documentadas, muito embora no discurso dos proprietários tenha-se percebido algumas práticas de gestão ambiental.*

Palavras-chave: Gestão ambiental; Agricultura orgânica; Política ambiental

INTRODUÇÃO

Através dos resultados obtidos na pesquisa “Gestão ambiental em empresas ligadas ao agronegócio do cacau no eixo Ilhéus-Itabuna, Ba” verificou-se a necessidade de apresentar e discutir esses dados, evidenciando as possíveis práticas de gestão ambiental adotadas nas propriedades rurais que margeiam a BA 415, ligando os municípios de Ilhéus e Itabuna, no estado da Bahia.

Nas últimas décadas, a temática ambiental tem ganhado destaque nos mais diversos segmentos sociais. É percebida esta ênfase nos jornais, revistas, artigos e encontros científicos, nos quais as discussões referentes aos impactos resultantes da ação antrópica sobre o meio ambiente estão sempre presentes, seja em escala local ou global.

O embate crescimento e/ou desenvolvimento econômico versus a proteção e/ou conservação ambiental é foco de reuniões internacionais, que objetivam um equilíbrio dos

¹ Estudantes do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. bigjacquesmanz@yahoo.com.br; danny_geo2005@yahoo.com.br.

² Aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Guineverre2@hotmail.com.

³ Estudante do Curso de Administração da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. parturdias@yahoo.com.br.

⁴ Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. eliscf@gmail.com. Orientadora.

⁵ Professor do departamento de Ciências Agrárias e Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. salvador@uesc.br. Co-orientador.

mesmos. Em 1972, na Conferência de Estocolmo, surge o conceito de sustentabilidade, na tentativa de conciliar e reconciliar o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

Em 1981 acontece o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, criticando a degradação ambiental proporcionada pela revolução verde e propondo medidas que atendessem às questões ambientais e econômicas (BONILLA,1992).

Na tentativa de articular este desenvolvimento econômico com conservação dos recursos naturais está a gestão ambiental, definida por Almeida (2000) como a forma pela qual a empresa se mobiliza interna e externamente na conquista da qualidade ambiental desejada. Uma característica relevante da gestão ambiental é a exploração racional dos recursos naturais, agregados à visão ambientalista, e na busca gradativa do aprimoramento na qualidade ambiental.

Para alcançar a qualidade ambiental prevista, ao menor custo, de forma permanente o Sistema de Gestão Ambiental é implantado e gerenciado através de normas como as da série ISO 14000, que prevêem a adoção de ações preventivas e corretivas à ocorrência de impactos adversos ao meio ambiente. Isto implica na tomada de atitudes pró-ativas e criativas com relação às questões ambientais, assim o objetivo do Sistema de Gestão Ambiental é assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa (ALMEIDA *et al.*, 2000).

A gestão ambiental (GA) é bastante abrangente, sendo frequentemente usada para designar ações ambientais em determinados espaços geográficos, como por exemplo, gestão ambiental de bacias hidrográficas, de reservas florestais, de unidades de conservação e outros espaços que incluam aspectos ambientais (AMBIENTEBRASIL, 2006), inclusive os espaços rurais de produção ou de comunidades humanas.

Considerando que a maior parte do espaço territorial de um município é utilizada para propósitos agrícolas como cultivos, criações e florestas, a agricultura tem uma importância vital quanto à responsabilidade de manter e desenvolver o ambiente natural como um tampão ecológico e zona de equilíbrio, como habitat para animais e plantas como espaço de recreação e lazer para o ser humano (SEIFFERT, 1998). Logo, na agricultura, a Gestão Ambiental deve ser direcionada a um desenvolvimento que siga princípios biológicos, com reduzidos ou sem a aplicação de insumos químicos (GUIVANT 1995).

A agricultura moderna está diretamente ligada às descobertas do século XIX, evidenciadas nos estudos de cientistas como Saussure, Boussingult, e principalmente Leibig, que derrubaram a teoria do húmus, segundo a qual as plantas obtinham seu carbono a partir da matéria orgânica do solo (JESUS, 1985). Partindo desse pressuposto, Leibig, citado por Jesus (1985), ainda defendeu a idéia de que o aumento da produção estava diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo.

Contudo, na década de 60 ficam evidentes os sinais de exaustão como o desflorestamento, diminuição da biodiversidade, erosão e perda dos solos, contaminação da água, dos animais silvestres e agricultores por agrotóxicos, entre outros (EHRELS, 1993).

Estes sinais de exaustão são percebidos no Sul da Bahia com a intensificação da agricultura. Destacando-se a cultura do cacau que se expandiu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século passado. Essa atividade foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região. Para Mascarenhas (1999), o cacau tornou-se o principal sustentáculo regional, sendo por um período o principal produto na pauta de exportação da Bahia.

Para obter êxito o Governo Federal através da Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), desenvolveu ações de incentivo à cultura do cacau fundamentado na concepção considerada “modernizadora”, com o objetivo de elevar a produção e a produtividade cacaueira.

A adoção do “pacote tecnológico”, recomendação da utilização de inseticida, fungicida, fertilizante, corretivos da acidez do solo, poda, herbicida, raleamento da sombra e implantação

de novos cacauais, utilizando a queimada total, proporcionou a degradação do meio ambiente configurado pela substituição da mata nativa por plantas de cacau tecnicamente formado, sendo utilizada para o sombreamento definitivo dos cacauzeiros uma espécie botânica exógena à região. Houve intensa aplicação de insumos modernos e técnicas propulsoras da eliminação da cobertura florestal, poluição dos solos e dos mananciais hídricos, assoreamento dos rios e erosão.

Na tentativa de compreender a articulação dos aspectos produtivos com a conservação dos recursos naturais utilizados neste processo, este trabalho propõe-se a apresentar e discutir as principais práticas de gestão ambiental nas unidades de produção agrícola envolvidas no agronegócio do cacau na rodovia Ilhéus – Itabuna.

METODOLOGIA

Para alcançar estes objetivos foram utilizados dados da pesquisa “Gestão ambiental em empresas ligadas ao agronegócio do cacau no eixo Ilhéus - Itabuna, Ba”, tendo sido realizado um levantamento de dados primários como o cadastro das unidades rurais da CEPLAC e posteriormente a aplicação de um questionário para identificar e caracterizar as práticas de gestão adotadas nas propriedades.

REVISÃO DE LITERATURA

Práticas de gestão ambiental rural

Devido à crescente demanda da sociedade por questões ambientais, torna-se de interesse das empresas serem vistas pelos seus consumidores como protetoras do ambiente, das formas de vida e das comunidades humanas que existem nele. A certificação é um instrumento que dá essa visibilidade da empresa junto ao mercado.

No Brasil, a Instrução Normativa nº. 17/5/1999, do ministério da Agricultura, por exemplo, dispõe detalhadamente sobre as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal (Planeta orgânico, 2005). E para a obtenção e manutenção deste certificado a organização deve se submeter às auditorias periódicas, realizadas por empresas certificadoras, credenciadas e reconhecidas pelo INMETRO, no Brasil, e outros organismos internacionais.

Em fevereiro de 1947, foi fundada, em Genebra, a International Standardization for Organization, com o objetivo de ser um fórum internacional de normatizações, contudo, somente em 1996 são publicadas as primeiras normas de gestão ambiental e oferece ajuda prática para a sua implementação ou aprimoramento ambiental. A série ISO 14000 constitui um conjunto de normas internacionais que estabelecem requisitos para a conservação ambiental no desenvolvimento das atividades de uma empresa. Essa norma especifica os elementos de um sistema de gestão ambiental e oferece ajuda prática para a sua implementação ou aprimoramento. A mesma orienta as empresas a identificar, priorizar e gerenciar seus riscos ambientais como parte de suas práticas usuais, assim ela exige que a empresa se comprometa com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas.

Na era da preocupação com o meio ambiente e com os impactos da ação humana sobre o mesmo, foram desenvolvidas no ambiente rural algumas formas de otimizar a produção sem muitos impactos sobre os recursos naturais. Entre estas, enquadra-se a agroecologia, definida por

Altieri (1995) como ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agrossistemas. Para esse autor, a produção deixa de ser puramente técnica para ser um conjunto de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Nessa perspectiva, restaurar não é o único objetivo, uma vez que preservar a diversidade cultural torna-se meta de extrema relevância.

Para Altieri (2001), a produção sustentável em agrossistemas deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. Desta forma, o produtor rural enxerga como um todo as necessidades atuais de sua produção, e conseqüências futuras da mesma, para buscar, assim, uma alternativa que lhe garanta condições futuras de produção. A degradação do solo é a causa mais comum da desertificação, e ao mesmo tempo da qualidade, considerando que um produto de qualidade, ou seja, isento de inúmeros produtos químicos, ganha credibilidade dos compradores e consumidores, que cada vez mais buscam nos produtos orgânicos uma alternativa de alimento saudável e que tenham sido produzidos de forma a não agredir o meio ambiente (Altieri, 2001).

Dentre algumas alternativas desse novo paradigma agrícola destacam-se:

- A agricultura orgânica evita o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, utilizando leguminosas, adubação verde, lixo orgânico de fora da fazenda, cultivo mecânico, rochas ricas em minerais e diferentes modos de controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas;
- A agricultura biológica, que segundo Aubert (1995) baseia-se no tripé fertilização, rotação de cultura e trabalho do solo, para conseguir alimentos mais completos, nutritivos e ecologicamente equilibrados;
- A agricultura biodinâmica, definida por Carmo (1989) como aquela baseada no ciclo dos nutrientes, nos minerais solúveis, na matéria orgânica e na ração produzida preferencialmente na propriedade, no controle de plantas invasoras, rotação de culturas e controle técnico, no manejo adequado para o controle de pragas e doenças, na integração vegetal-animal;
- A agricultura natural, que para Carmo (1989) utiliza a força e a energia da natureza, que cultiva a terra acrescentando ervas e folhas caídas;
- A agricultura regenerativa produz recuperando o solo, possibilitando a rápida recuperação de áreas degradáveis e de produção agrícola através de poda intensiva de árvores, e controle de sucessão vegetal, indução de rejuvenescimento etc. (Jesus, 1992);
- A permacultura apresenta uma visão holística da agricultura, com forte carga ética, buscando a integração entre a propriedade e o ecossistema com um modelo de sucessão de cultivos na intenção de maximizar a produção, conservando os recursos naturais. (Jesus, 1996:21)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Práticas de Gestão Ambiental encontradas no eixo Ilhéus - Itabuna

Analisando os resultados obtidos, não foram encontradas políticas ambientais expressas em documentos escritos. Segundo Seiffert (1998), torna-se fundamental o delineamento de uma política ambiental apropriada, que seja capaz de reduzir o desgaste e a poluição ambiental originada pelas operações agrícolas e que oriente o curso na direção do surgimento de formas de

agricultura que sejam sustentáveis em longo prazo, tanto no ponto de vista econômico, quanto ecológico.

Contudo, no discurso dos proprietários e em visitas a campo foram percebidas algumas práticas que evidenciam o cuidado dos mesmos com o meio ambiente. Essas iniciativas conscientes ou até mesmo inconscientes serão aqui denominadas práticas de gestão ambiental.

Do total de proprietários entrevistados, um número reduzido de 7% afirma possuir algum tipo de certificação, mas não deixa explícito se a mesma é orgânica ou não, e 85% não possuem certificação. A certificação, quando utilizada na agricultura orgânica, significa garantir a origem (procedência) e qualidade orgânica dos produtos obtidos. Segundo Melo (2006), a certificação orgânica é um processo de auditoria de origem e trajetória de produtos agrícolas e industriais, desde sua fonte de produção até o ponto final de venda ao consumidor.

Logo, esses proprietários não são obrigados a cumprir as normas exigidas pelas empresas certificadoras. E mesmo cumprindo tais normas por uma questão ideológica ou por uma conscientização ambiental, estes não são reconhecidos perante a sociedade como protetores da natureza, visto que esse é um dos objetivos da certificação.

Outro dado relevante mostra que 50% dos entrevistados gostariam de obter algum tipo de certificação. Desta forma, cabe ressaltar a importância da realização de projetos nesta área, que reúnam Universidade, Órgãos competentes e produtores, objetivando a otimização da obtenção dessas certificações.

Em relação à agricultura orgânica ou agroecológica, 61% já ouviram falar nesta modalidade de produção, e 50% dizem que a agricultura orgânica é a solução para o pequeno e para o grande produtor, e para resolver muitos problemas ambientais. Desta forma esses dados sugerem que os entrevistados dessa região estão bem informados sobre as mudanças ocorridas no processo de produção rural, sobre a necessidade da conservação dos recursos naturais e estão percebendo nessas mudanças a solução para o desenvolvimento econômico.

Mas o que deve ser questionado é o porquê estes proprietários ainda estão inertes frente à obtenção de certificações? Alguns proprietários reclamam da burocracia no processo de certificação ou da falta de incentivo financeiro por parte do governo, outros que a quantidade da produção não atende às exigências de mercado, o que se faz necessária à formação de cooperativas, por exemplo.

Mesmo na ausência das certificações, algumas práticas de conservação dos recursos naturais que evidenciam a gestão ambiental foram encontradas nessa região, dentre elas:

- **Conservação dos solos:** 46% dos entrevistados afirmam possuir alguma prática de conservação do solo, estas práticas podem ser observadas no momento em que 32% não utilizam fertilizantes e 13% usam fertilizantes orgânicos; 50% não utilizam defensivos; 21% controlam as pragas usando caldas biológicas ou naturais; 43% dizem que os pesticidas causam danos à saúde humana e animal e devem ser evitados; 82% não realizam queimadas em sua propriedade e 96% não têm problemas na propriedade devido à utilização de insumos;
- **Conservação das águas:** 50% dos entrevistados afirmam possuir alguma prática de conservação das águas. Algumas práticas do item anterior se aplicam na conservação da água; isso fica expresso quando a maioria não utiliza fertilizante químico, defensivos, pesticidas ou não possuem problemas devido à utilização de insumos;
- **Conservação da cobertura vegetal:** apenas 21% não possuem áreas florestadas, 57% dizem não ter em sua propriedade áreas desmatadas com declividade superior a 45%;

quando questionados sobre a última derrubada, 60% afirmam que essa questão não se aplica à propriedade. Foi observado que mesmo os proprietários preservando as áreas florestadas atuais, no passado houve intensificação no desmatamento para a expansão do cultivo do cacau. Logo, é necessário que haja o incentivo ao reflorestamento destas áreas.

De acordo com a teoria de Altieri, podemos identificar em campo características da agricultura orgânica. Os produtores demonstram-se mais atentos e conscientes quanto às conseqüências pertinentes do uso de fertilizante, pesticidas e reguladores de crescimento no solo, e também mais criteriosos quanto às formas de controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas, buscando a utilização de caldas biológicas e evitando ao máximo o uso de produtos químicos.

Foi observado em campo e no discurso dos proprietários, que já existe uma mudança no comportamento dos mesmos quanto à utilização de produtos químicos no solo e na produção. Isto leva a pensar que as iniciativas de conscientização e educação ambiental têm obtido êxito, visto que existe uma mudança de comportamento. Por outro lado, deve-se ressaltar a importância de órgãos como CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) e os demais profissionais da área que exercem grande influência na produção agrícola local, no controle de pragas, visto que 53% dos entrevistados recorrem a algumas dessas instâncias.

Logo, proporcionar o conhecimento ao produtor é uma alternativa viável para que o mesmo possa gerir sua propriedade com responsabilidade ambiental.

Foi observado também, e merece atenção nos próximos estudos, a refuncionalização da rodovia Ilhéus-Itabuna. Nesta, onde predominava a atividade agrícola, agora se percebe outras atividades sendo desenvolvidas. Alguns destes exemplos ficam evidentes nas indústrias de essências (produzidas a partir de flores tropicais plantadas na própria unidade rural), nas indústrias de polpa de frutas, no turismo rural, e diversas atividades esportivas e de lazer como o MotoCross.

Planos futuros

Referente aos planos para o futuro das propriedades, 50% dos entrevistados afirmam ter algum plano, dentre estes foram citados: a conversão da produção tradicional para a orgânica, pesque-pague, hotel fazenda, turismo rural, entre outros.

A Agenda 21, em sua seção II – Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento, Capítulo 10 - abordagem integrada de planejamento e gerenciamento dos recursos terrestre, declara que os componentes terrestres (solo, água, minério e biota) estão organizados em ecossistemas que oferecem uma grande variedade de serviços essenciais para a manutenção da integridade dos sistemas, os quais sustentam a vida e a capacidade de produtiva dos ambientes (BRASIL, 1996). Partindo desse pressuposto, os planos dos proprietários, principalmente aqueles ligados diretamente aos recursos naturais, devem ser realizados com o máximo de cuidado para evitar danos ao meio ambiente.

Quanto à agricultura orgânica, acredita-se na mesma como uma possibilidade para contornar a crise do cacau. Já existem na região exemplos de sucesso com a agricultura orgânica que utiliza o sistema agroflorestal estilo Cabruca, este responsável pela preservação dos remanescentes de Mata Atlântica.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em suma, pode-se afirmar que a preocupação dos agricultores com os recursos naturais de fato existe. Isso fica evidente no momento em que eles reconhecem as conseqüências ao ambiente decorrentes do uso de produtos sintéticos (químicos) na produção e, por esta razão, procuram evitá-los.

Além disto, ficou expressa, em suas respostas, preocupação com os rios, com o solo, com a mata, embora muitas vezes não sejam apresentadas alternativas viáveis, dentro das condições locais, para que os proprietários conciliem o lucro da produção à proteção dos recursos naturais. Pode-se concluir também que os profissionais que atuam na região, a exemplo da CEPLAC, têm um papel fundamental nas atitudes tomadas pelos agricultores.

Outras questões relevantes em relação à preocupação com o meio ambiente ficam explícitas nos planos destes produtores para o futuro das propriedades, no interesse pela agricultura orgânica, na diversidade de produção encontrada nesse eixo, etc.

Segundo Macnish (1990) “examinando de forma integrada o estoque e a condição qualitativa da base dos recursos da terra e formas alternativas de seu uso, é possível reduzir conflitos, adotar alternativas mais eficientes e vincular o desenvolvimento social e econômico à produção, à proteção e à melhoria do ambiente, contribuindo, assim, para se atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável”.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Cleverson. V. **Gestão Empresarial**. Fae Business school, 2002. 70p, Coleção Gestão Empresarial,2.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo Saraiva, 2006. 328 p

BARROS, Ricardo L. P. **Diagnóstico da Situação da Gestão Ambiental nas Indústrias do Setor de Mármore e Granitos**. CTEMAG,2004.34p

BRUNS, Giovana Bagio de. Afinal o que é Gestão Ambiental? In: www.ambientebrasil.com.br, 2005.

JUCHEM, Peno Ari. **Introdução à Gestão, Auditoria e Balanço Ambiental Para Empresas**. Curitiba: [s.n.], 1995. 106p.

MOREIRA, Maria Sueli. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental Modelo ISSO 14000**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial 2001.p,:il.

NASCIMENTO, Felipe L. **O PERFIL AMBIENTAL DAS EMPRESAS DO SETOR METAL-MECÂNICO E SEUS DESAFIOS COMPETITIVOS**.
<http://www.portalsaiga.ufrgs.br/acervo/artigos/RevistaEnegep.PDF>. Acessado em 04.11.2006.

PINTO, Jéferson de S e ROSLEY, Anholon. **O IMPACTO CAUSADO PELA IMPLANTAÇÃO DA NBR ISO 14001: BENEFÍCIOS ALCANÇADOS AO LONGO DOS ANOS POR UMA EMPRESA BRASILEIRA DO SETOR ELÉTRICO**.

www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/425.pdf. Acessado em 28.10.2006.

SPAARGAREN, Gert; MOL, Arthur P. J. **Sociologia, Meio Ambiente e Modernidade**: Ilhéus, BA: Editus.2002. 51 p. (Tradução de Salvador D. P. Trevizan).

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303p.

VALLE, Cyro Eyer do. **Como se Preparar para as Normas ISO 14000: Qualidade Ambiental : o Desafio do Ser Competitivo Protegendo o Meio Ambiente**. 3. ed. atual. São Paulo: Pioneira, c2000. 137p.